

Espaço Europe Direct

Iniciativas de Cidadania Europeia

Comissão regista três novas inciativas e considera uma inadmissível

A Comissão ainda não analisou o conteúdo das iniciativas, mas apenas a sua admissibilidade jurídica. Se, após um ano, qualquer uma das três iniciativas registadas tiver obtido um milhão de declarações de apoio provenientes de, pelo menos, sete Estados-Membros diferentes, a Comissão analisá-la-á e pronunciar-se-á sobre ela. A Comissão poderá decidir dar seguimento ao pedido ou não, mas deve em qualquer caso fundamentar a sua decisão.

1. *«Lutar contra as causas profundas da corrupção na Europa, através do corte dos fundos destinados a países com sistemas judiciais ineficazes após o prazo estabelecido»*

Os organizadores da iniciativa exortam a Comissão a «impor aos novos Estados-Membros um prazo imperativo de dez anos após a adesão para uma moratória automática relativa aos

pagamentos dos fundos estruturais e de coesão, até que o respetivo sistema judicial deixe de estar sujeito ao mecanismo de acompanhamento».

2. *«Ações sobre a emergência climática»*

Os organizadores da iniciativa apelam à Comissão para que *«reforce a ação no domínio da emergência climática, em consonância com o limite de 1,5° de aquecimento. Isto significa objetivos mais ambiciosos em matéria de clima e apoio financeiro para a ação climática».*

3. *«Salvar as abelhas e os agricultores! Rumo a uma agricultura que favoreça as abelhas para um ambiente saudável»*

Os organizadores desta iniciativa apelam à Comissão para que *«proponha atos jurídicos com o objetivo de eliminar progressivamente os pesticidas sintéticos até 2035, restaurar a biodiversidade e apoiar os agricultores na*



transição».

Por último, no que diz respeito à 4. *«Assegurar a conformidade da política comercial comum com os Tratados da UE e o cumprimento do direito internacional»*, a Comissão concluiu que a iniciativa é juridicamente inadmissível, visto que está manifestamente fora do quadro de competências da Comissão para agir em conformidade com os Tratados da UE.

O processo iniciativa de cidadania europeia foi simplificado, tendo sido criada uma plataforma colaborativa que oferece apoio aos organizadores. Tudo isto contribuiu para um aumento de 41 % do número de iniciativas registadas e uma diminuição de 70 % do número de iniciativas

recusadas. Uma vez oficialmente registada, permite que um milhão de cidadãos oriundos de, pelo menos sete Estados-Membros da UE, convidem a Comissão Europeia a apresentar propostas de atos jurídicos nos domínios da sua competência.

Preparação para Brexit sem acordo

Comissão Europeia lança último apelo a todos os cidadãos e empresas da UE para que se preparem para a retirada do Reino Unido em 31 de outubro de 2019

A oito semanas da saída do Reino Unido da União Europeia, em 31 de outubro de 2019, a Comissão, na sua sexta Comunicação sobre a preparação para o *Brexit*, reiterou o seu apelo a todas as partes interessadas na UE27 para que se preparem para um cenário de saída sem acordo. Atendendo à incerteza persistente no Reino Unido quanto à ratificação do Acordo de Saída –

acordado com o Governo britânico em novembro de 2018 – e à situação política geral no país, continua a ser possível um cenário de saída sem acordo em 1 de novembro de 2019, embora tal não seja desejável. Neste sentido, a Comissão Europeia publicou uma lista de controlo pormenorizada para ajudar as empresas que realizam operações comerciais com o Reino Unido a

fazerem os preparativos finais, disponível em: <http://bit.ly/2lGBV5l>. A fim de minimizar as perturbações no comércio, todas as partes envolvidas nas cadeias de abastecimento com o Reino Unido, independentemente do seu local de estabelecimento, devem estar cientes das suas responsabilidades e das formalidades que devem respeitar no comércio transfronteiras. Pode-

rão basear-se nas comunicações anteriores e igualmente nas 100 comunicações dirigidas às

partes interessadas que abrangem um vasto leque de setores.



Acompanhe o processo em: <http://bit.ly/2kz3yO7>

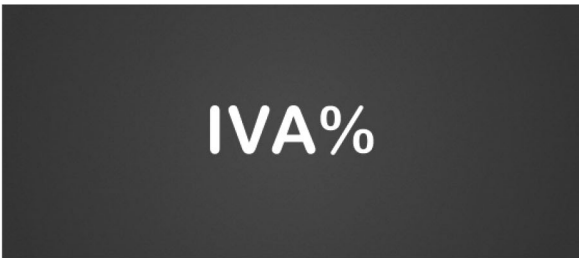
Desvio do IVA: países da UE perderam 137 mil milhões de euros em receitas do IVA em 2017

Os países da UE perderam 137 mil milhões de euros de receitas do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em 2017, de acordo com um estudo publicado pela Comissão Europeia. O chamado «desvio do IVA» – a diferença global entre as receitas de IVA esperadas e o montante efetivamente cobrado – diminuiu ligeiramente em comparação com os anos anteriores, mas continua a ser muito elevado. Este importante desvio do IVA

vem mais uma vez sublinhar a necessidade de uma reforma global das regras da UE em matéria de IVA, tal como proposto pela Comissão em 2017, e de uma maior cooperação entre os Estados-Membros para lutar contra a fraude no domínio do IVA e fazer com que as regras funcionem para as empresas e os comerciantes legítimos. O desvio do IVA mede a eficácia das medidas de aplicação do IVA e das medidas respeitantes ao cumprimento em cada Estado-Membro,

uma vez que fornece uma estimativa da perda de receitas devida à fraude e evasão fiscais, à elisão fiscal, às falências e às insolvências, bem como a erros de cálculo. O Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, Pierre Moscovici, declarou: «O clima económico favorável e algumas soluções políticas de curto prazo postas em prática pela

UE ajudaram a reduzir o desvio do IVA em 2017. No entanto, para alcançar progressos mais significativos, será necessário proceder a uma reforma profunda do sistema do IVA, a fim de o tornar mais resistente à fraude. As nossas propostas para introduzir um regime de IVA definitivo e favorável às empresas permanecem



em cima da mesa. Os Estados-Membros não podem permitir-se perder milhares de milhões de euros devido à fraude carrossel ao IVA e a incoerências no sistema.»